



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019640-98.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Provas**
 Requerente: **Elquison Lopes Santos e outros**
 Requerido: **BANCO BMG SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Os autores Elquison Lopes Santos, Alison Lopes Rodrigues, Alesiandra Aparecida da Silva Nascimento e Janaina Nayara Fazzani propuseram a presente ação cautelar de exibição de documento contra o réu Banco BMG S.A, pedindo que seja exibido a cópia completa dos contratos de financiamento assinado entre as partes, bem como as condições contratuais e penalidades no caso de inadimplemento.

O réu, em contestação de folhas 39/45, requer a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 71.

Relatei, decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial.

O réu foi notificado extrajudicialmente conforme se vê as folhas 31/34, todavia não instruiu a contestação com qualquer prova de que tenha exibido as cópias dos contratos aos autores.

O réu, outrossim, não cuidou em instruir a contestação com os documentos pretendidos pelos autores, nem tampouco negou o relacionamento existente entre as partes.

Saliento, todavia, que é incabível a fixação de astreintes ou de aplicação do disposto no artigo 359 do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do código de processo civil, para o fim de determinar ao réu que exiba, no prazo de 5 dias, a contar da publicação desta, os documentos pretendidos pelos autores, sob pena de busca e apreensão. Por ter resistido ao pedido, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 19 de fevereiro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**